



ACÓRDÃO Nº 154/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11342/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa, Diretor-Presidente à Época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 71/2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.1256/1260).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga. Exercício 2016.

Regularidade. Recomendação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, exercício de 2016, que tem como responsável o **Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, Diretor-Presidente da entidade e ordenador de despesas, à época, nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II, § 1º, I, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;
- 10.2 – **Recomendar** ao **Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, diretor-presidente do Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, à época, e à atual gestão da entidade que:
 - a) implantem de forma correta o Controle Interno na organização, em consonância com as determinações dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal e da Resolução n.º 9/2016 – TCE/AM;
 - b) adotem as medidas necessárias para manter as informações do Portal da Transparência atualizadas, em consonância com a Lei Complementar n.º 131/2009.
- 10.3 – **Dar quitação** ao responsável, o **Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, Diretor-Presidente da entidade e ordenador de despesas, época, durante o exercício de 2016, conforme determinação do art. 23



ACÓRDÃO Nº 154/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Lei n.º 2.423/1996 c/c art. 189, inciso I da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho.

13.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral